

REDAÇÃO MASTER

.....
Material de Apoio



Discussão de temas - três propostas inéditas: Unesp, Fuvest e Unicamp

Tema inédito: Unicamp

Texto I

7 diferenças (ou não) entre e-book e impresso

1. Manuseio do livro

Para os amantes do livro físico, o simples folhear, eventualmente acompanhado de uma inspiração profunda para captar o cheiro do objeto, são argumentos imbatíveis para manter a preferência. Quanto a isso só há mesmo paliativos. No caso do Ipad, temos a ilusão proporcionada pelo iBooks, que simula lindamente o folhear de páginas; mas os e-readers que conheço não possuem substituto para esse pequeno prazer. Quanto ao aroma do livro, que tantos elogiam (minha rinite não me permite tais arroubous, especialmente no caso de livros vindos de sebos) já existem essências com cheiro de livro, que, futuramente poderão ser “adicionadas” aos aplicativos de leitura. Mas esse é um tipo de argumento que tem relação com rituais (coisa que também aprecio, aliás) e não com a satisfação da leitura em si.

2. Conforto na leitura

A leitura numa tela e-ink (e-readers como Kobo, Kindle, Sony, Cool-Er) é perfeitamente equiparada à leitura em papel, com uma vantagem que é o menor peso. E-readers pesam ao redor de 130 a 300g, enquanto um livro como Guerra e Paz ou Ana Kariênina pode chegar a quase 2 kg, dependendo da edição. Tanto no momento da leitura como na hora de carregar o volume, essa diferença é uma vantagem em favor do formato digital. Essa vantagem também existe, mas em menor medida, se a leitura se der em um tablet. Nesse caso, porém, se perde a vantagem do conforto visual, pois as telas de tablets emitem radiação e tendem a tornar a leitura mais cansativa que numa tela e-ink ou no papel. Ainda, a disponibilidade de *n* outros aplicativos além do conteúdo do livro funcionam como fator de dispersão e eu vejo nisso uma desvantagem para os tablets, mas usuários sem a característica da dispersividade poderão contrapor esse argumento.

3. Acessibilidade

A possibilidade de ajustar o tamanho da fonte conforme o gosto ou necessidade do leitor pode parecer um argumento bem tolo para quem tem menos de 40 anos, mas torço para que todos ultrapassem essa marca e possam se utilizar dessa vantagem do e-book.

Funcionalidade disponível tanto para leitura em e-reader como em tablet, desde que o formato do e-book não seja PDF.

4. Disponibilidade imediata do livro

Se deixarmos de lado o limitante do peso para carregar determinadas obras, aqui há uma eventual vantagem do livro impresso. Embora a bateria de um e-reader possa durar várias semanas sem necessidade de recarga, isso não se repete no tablet (cuja autonomia é muitíssimo inferior a dos e-readers) e durante uma viagem você corre o risco de ficar sem bateria no meio daquele capítulo que tanto está te interessando. Com o impresso isso não ocorre. Mas trata-se de desvantagem pequena e capaz de afetar somente os menos organizados (como eu, por exemplo).

5. A compra

No processo de compra, o e-reader leva grande vantagem. Quem está interessado em um título impresso precisa se deslocar até uma livraria ou sebo ou esperar algum tempo (no mínimo 2 ou 3 dias) no caso de ter efetuado a compra em uma livraria online. Mas se vai ler num e-reader ou tablet, sua ânsia para começar a leitura pode ser aplacada em questão de segundos. Claro, sei que isso só é relevante para leitores muito vorazes ou particularmente ansiosos.

6. Anotações e marcações no texto

Tenho amigos que seriam capazes de matar caso algum herege se atrevesse a deixar qualquer tipo de marca em seus livros impressos e em hipótese alguma fariam anotações ou sublinhariam trechos de seus textos preferidos. Não faço parte desse grupo e sempre adorei comentar e destacar certas frases ou parágrafos. É gostoso fazer isso num livro impresso, seja com uma lápis de boa textura ou uma daquelas canetas que deslizam deliciosamente pelo papel. Mas também posso fazer isso (ok, não é tão prazeroso, mas é viável) em qualquer e-book lido num e-reader ou tablet. O recurso também permite compartilhar tais anotações ou marcações em redes sociais (certo, também não acho isso particularmente vantajoso, mas creio que a geração atual aprecia esse tipo de ferramenta).

7. Autógrafos

Uma das queixas, talvez mais de autores e editoras que de leitores, é o lance do autógrafo. Afinal, uma noite de autógrafos é sempre uma boa oportunidade de divulgação. Mas e-books também podem ser autografados. Existem aplicativos (alguns gratuitos, outros pagos pelo autor) que permitem ao escritor dedicar uma mensagem pessoal a cada leitor e mesmo uma assinatura (que pode ser de próprio punho se o autor dispuser de uma tela touchscreen como um tablet e sairá tanto melhor quanto sua habilidade com o mouse ou com um caneta stylus permitir). O autógrafo eletrônico é enviado diretamente de um autor para qualquer dispositivo de leitura digital de um leitor. O autógrafo não fica “dentro” do e-book, na verdade ele é enviado como

um arquivo à parte, mas cumpre bem a função de aproximar o leitor de seus autores favoritos. No lugar da noite / tarde de autógrafos, o autor pode enviar um aviso aos seus contatos com o link onde o leitor pode solicitar o autógrafo.

Texto II

Qual o papel da literatura na formação da criança?

Ana Maria Ela permite sonhar, enfrentar medos, vencer angústias, desenvolver a imaginação, viver outras vidas, conhecer outras civilizações. Além disso, nos dá acesso a uma parte da herança cultural da humanidade afinal, temos direito a conhecer Dom Quixote, algumas histórias da Bíblia, o Cavalo de Tróia...

Como despertar o gosto pela leitura?

Ana Maria Ler é gostoso demais. Por isso, é natural que as pessoas gostem. Basta dar uma chance para que isso aconteça. Ninguém é obrigado a gostar de cara. Tem de ler dois, três títulos, até encontrar um que nos desperte. No caso da criança, dois fatores contribuem para esse interesse: curiosidade e exemplo. Assim, é fundamental o adulto mostrar interesse. Na casa onde cresci, um dos quartos havia sido transformado em biblioteca. Meu pai era jornalista e minha mãe, uma leitora voraz. O livro era um concorrente dos filhos na atenção deles, e portanto, só podia ser uma coisa muito boa... O problema do Brasil é que poucas crianças vivem essa realidade.

Qual a melhor forma de ler para os alunos?

Ana Maria Em voz alta, em silêncio, em grupo... Não importa a maneira, desde que isso seja feito com prazer. E, no caso dos pequenos, com muito carinho também. Quando o contato da criança com a história vem acompanhado de uma dose de afetividade, torna-se inesquecível. Eu me lembro até hoje das histórias de minha mãe, de meu pai, as que minha avó contava. Lembro do jeito de cada um. Quase consigo sentir o cheiro do suor da pessoa, o ranger da rede da minha avó...

<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/literatura-deve-dar-prazer-423594.shtml>

Texto III

Leitor de livros digitais (e-Reader, em inglês) é um pequeno aparelho que tem como função principal mostrar em uma tela, para leitura, o conteúdo de livros digitais (e-books) e outros tipos de mídia digital. Ao utilizar a tecnologia de tinta eletrônica, também chamada de papel eletrônico, nas telas desses leitores, isso os aproximou muito da

sensação de se ler um livro convencional por não utilizar iluminação, como as telas de cristal líquido (LCD), o que tem impulsionado a venda desses aparelhos em todo o mundo. O mais famoso deles é o Kindle, criado pela empresa estadunidense Amazon, que lançou seu primeiro modelo nos Estados Unidos, em 19 de novembro de 2007; e no Brasil em outubro de 2009.

Coloque-se na posição de um jornalista que, ao fazer uma pesquisa sobre a importância da leitura, descobriu sobre a nova forma de ler através dos e-Readers e decide escrever um artigo de opinião para uma coluna. Nesse artigo você deverá:

- explicar o que é um e-Reader;
- comparar a leitura de livros digitais com livros impressos;
- relacionar a importância da leitura e abordar a influência da leitura digital na leitura tradicional.

Tema inédito: Fuvest

Texto I



Texto II

Solidão. Essa parece ser uma palavra recorrente e uma constante no comportamento das pessoas no século XXI, o século onde o ser humano nunca esteve, teoricamente, mais conectado aos seus semelhantes em toda a sua história, através do mundo digital da Web e das redes sociais.

Por mais estranho que possa parecer, ao mesmo tempo que a Internet abriu um mundo novo e revolucionou praticamente todas as formas conhecidas de relacionamento entre pessoas, comunidades e países, as pessoas nunca foram estiveram mais solitárias e nunca se registrou tantas ocorrências de doenças psíquicas como os diversos transtornos

de ansiedade, comportamentos compulsivos originados de quadros de carência afetiva aguda e fratura narcísica, além do impressionante aumento de queixas de depressão, nos mais diversos níveis e sintomatologias.

Todos estão conectados, linkados e interligados aos outros através das redes sociais como Facebook, Google+ e outras muitas plataformas existentes com a mesma finalidade (teoricamente): aproximar pessoas. Entretanto, nunca estivemos tão distantes da conexão real, entre as pessoas, seja afetiva ou socialmente. As pessoas hoje preferem passar mais tempo conectadas através do computador, tablet, celular ou qualquer outro dispositivo, móvel ou não, do que se encontrarem fisicamente para poderem interagir no mundo real.

Pode-se ter uma medida disso ao se observar comportamentos de famílias em restaurantes, grupos de adolescentes no shopping, amigos/amigas/colegas de trabalho almoçando juntos. Chega a ser impressionante o tempo dedicado por todos aos seus dispositivos eletrônicos para envio de mensagens ou e-mails, acompanhar as atualizações feitas pelos seus respectivos “amigos” e conhecidos nas diversas redes sociais, ao invés de dedicar o mesmo tempo para tentar desenvolver algum tipo de interação ou de conexão afetiva real.

No caso das famílias e dos grupos de adolescentes esse fenômeno chega a ser mais impressionante (ou diria, talvez, mais preocupante). Os núcleos familiares pós-modernos, por exemplo, dão nitidamente a impressão de que os pais e mães não tinham a exata noção da responsabilidade e do trabalho que é criar filhos, já que se cercam de verdadeiras *entourages* de babás e outros auxiliares, que se encarregam de cuidar destes herdeiros da sociedade do século XXI, sem que os pais precisem tomar conhecimento da presença dos pimpolhos, em muitos dos casos.

Os textos apresentados falam sobre o uso excessivo das redes sociais na contemporaneidade. Tendo em conta as sugestões desses textos, além de outras informações que julgue relevantes, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha seu ponto de vista sobre o tema: **A solidão na era das redes sociais.**

Tema inédito: Unesp

Pluralidade étnica no Brasil

Quando os descobridores portugueses fixaram-se como colonizadores no território, que seria mais tarde o país Brasil, encontraram a nova terra povoada por cerca de cinco milhões de indígenas, compondo verdadeiro mosaico cultural e linguístico. Já os negros que chegaram ao Brasil como escravos para substituir a mão-de-obra indígena, que não se adaptara ao trabalho servil da lavoura, procediam de várias áreas culturais da África.

A essa população – indígena, preta e parda – juntou-se, neste século, um novo segmento não-branco, colocado pelo censo na categoria amarelo. São os imigrantes asiáticos (chineses, coreanos, vietnamitas e, principalmente, japoneses). Seus raros descendentes amestiçados com os brancos passam pelo mesmo processo biológico-social do branqueamento.

Além do imigrante português, que goza de um estatuto especial, os grupos nacionais brancos mais expressivos são os italianos, espanhóis, alemães e austríacos, russos, sírio-libaneses, poloneses, romenos, lituanos, ingleses, suíços, iugoslavos, franceses, húngaros, belgas, suecos, tchecos e judeus. Segundo o censo de 1991, havia, então, no Brasil, 767.781 indivíduos procedentes de 64 países.

Adaptado de: <http://www.usp.br/revistausp/46/01-joabaptista.pdf>

O que é Racismo?

O termo racismo engloba toda aquela que tem um preconceito baseando-se na diferença entre as raças, considerando-as como superiores e inferiores. No Brasil, este conceito é mais direcionado aos negros, por causa da herança que os portugueses deixaram no país, entre os séculos XVI e XIX, quando implantaram o regime de escravidão. Além dos negros, outras raças podem sofrer com esse problema como asiáticos, mulatos, índios, etc.

Para eles, os negros eram tratados como simples mercadorias, como se fossem uma ferramenta de trabalho. Com o crescimento e expansão da indústria açucareira, havia a necessidade de mais mão de obra africana, por isso, mais negros eram trazidos para o trabalho. Nessa época, a sociedade foi dividida em senhores (brancos e livres) e escravos (negros).

Após a abolição da escravatura, muitos negros foram libertos, mas ficaram presos às condições sociais e econômicas.

Diversos movimentos negros como fóruns, grupos e organizações surgiram para defender e valorizar a cultura negra contra o racismo no Brasil e a desigualdade racial. Pois até então, os negros no Brasil não possuíam as mesmas condições de crescimento na sociedade do que os brancos. Exemplos estes são os números de reprovação nas escolas, taxa de mortalidade dos filhos negros, menos probabilidade de encontrar emprego e mortes violentas entre os jovens negros. Sem contar com as atitudes de pessoas que não aceitam a cor, acham que os filhos não deveriam casar-se com pessoas da raça negra, na mídia, muitos negros assumem o papel de empregada, bandido, prostituta, etc.

Para combater o racismo no Brasil foi criada a **Lei Afonso Arinos**, em 1951, para estabelecimentos que se recusassem a atender, servir ou receber o cliente por conta de

sua raça ou cor. Apesar da criação da lei, ela era pouco rigorosa, mesmo quando esses atos eram realizados em público.

Em 1989, foi criada a lei 7716, a Lei Caó criado pelo deputado Carlos Alberto de Oliveira, mais conhecido como Caó. Ele definiu os crimes de preconceito. Essa lei torna o racismo um crime sem fiança e imprescritível, com prisão de até cinco anos e multa.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **O RACISMO E A PLURALIDADE ÉTNICA BRASILEIRA**

Discussão de temas – três propostas inéditas: Unesp, Fuvest e Unicamp

Tema inédito: Unicamp

Coloque-se no lugar dos estudantes de uma escola que vai receber a campanha de vacinação contra o HPV e decidem esclarecer os benefícios da vacina para alguns pais que ainda tem dúvidas sobre a eficácia. Você deverá escrever uma carta aberta sobre a campanha de vacinação para ser exposta na próxima reunião de pais e professores com a direção da escola. Na carta, você deverá:

- a) explicitar o evento e o que motivou a direção da escola a aceitar a campanha de vacinação
- b) apontar os benefícios da vacinação e propor junto à escola aulas de educação sexual para que os jovens se tornem mais informados sobre esse assunto.

Texto I

SUS lança campanha de vacinação contra HPV nas escolas

A partir de 10 de março, o SUS começará a campanha de vacinação contra o vírus HPV. Neste primeiro ano, a campanha atingirá meninas de 11 a 13 anos, em 2015, a vacina será ofertada também para meninas de 9 e 10 anos.

A vacinação deverá ser oferecida nas escolas da rede pública e particulares, e a intenção é atingir 80% das meninas desta faixa etária.

O HPV (Papilomavírus humano) é o responsável pelo o Câncer de Colo do Útero, o terceiro que mais atinge as mulheres.

Doses

Para receber a dose, basta apresentar o cartão de vacinação ou documento de identificação e autorização do maior responsável. Cada adolescente deverá tomar três doses para completar a proteção, sendo que a segunda, seis meses depois, e a terceira, cinco anos após a primeira dose.

A vacina estará disponível nos postos da rede pública durante todo o ano, como parte da rotina de imunização.

Segurança

A vacina contra HPV tem eficácia comprovada para proteger mulheres que ainda não iniciaram a vida sexual e, por isso, não tiveram nenhum contato com o vírus. Hoje, é utilizada como estratégia de saúde pública em 51 países, por meio de programas

nacionais de imunização. Estimativas indicam que, até 2013, foram distribuídas cerca de 175 milhões de doses da vacina em todo o mundo. A sua segurança é reforçada pelo Conselho Consultivo Global sobre Segurança de Vacinas da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Salientamos que a vacinação é uma ferramenta de prevenção primária e não substitui o rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres na faixa etária entre 25 e 64 anos. É muito importante manter a realização do exame preventivo (Papanicolau).

Texto II

Formas de abordagem

Independente da forma de falar sobre educação sexual, ela deve ser desprendida de preconceitos e tabus. Paula diz que, quanto maior de número de formas de trazer o assunto, no caso o HPV e outras doenças sexualmente transmissíveis, seja com vídeo, atividades lúdicas e jogos, melhor a chance de sucesso. "Jogos de mitos e verdade e caixa de dúvidas anônimas para sentir de demandas são sugestões. A informação por si só é vaga, se não tiver conhecimento junto."

A naturalidade deve prevalecer, segundo Margareth Labate, sexóloga e psicanalista do Hospital das Clínicas. "O assunto deve ser abordado com naturalidade, assim como qualquer outro, sem preconceito e com preparo. A falta de orientação é muito mais prejudicial do que a informação e a orientação", diz Margareth.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/03/vacina-contr-o-hpv-e-oportunidade-para-escola-abordar-educacao-sexual.html>

Tema inédito: Fuvest

Texto I

Como resolver o problema da falta de mobilidade urbana?

Os moradores das grandes cidades brasileiras já começam a se perguntar quando é que a sua cidade vai parar definitivamente. A cada dia os congestionamentos ganham quilômetros. Rodízio, pistas exclusivas para o transporte público, ciclovias, metrô, monotrilhos.

A gestão pública tem diversificado suas respostas ao problema do trânsito, que consome milhões de reais e a paciência do cidadão. Quais deram certo? Quanto custará para o País resolver esse problema? Quanto tempo vai levar? Essas são algumas das questões que o Participação Popular vai procurar responder.

Participam do programa **Renato Balbim**, Doutor em Geografia Humana e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e **Rômulo Ribeiro**, Doutor em Arquitetura e Urbanismo, professor da Universidade de Brasília e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

Também participa, pelo telefone, o **Deputado Ronaldo Benedet (PMDB/SC)**, que foi relator do estudo sobre mobilidade urbana desenvolvido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados.

Em Brasília, nossa equipe estará na plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto, onde vai conversar com Jonas Bertucci, presidente da ONG Rodas da Paz, e com o público.

Texto II

Mobilidade urbana e o direito à cidade

Com o crescimento das cidades brasileiras, principalmente a partir da década de 1970, uma das principais dificuldades dos habitantes dos centros urbanos é a **mobilidade urbana**. A ênfase na utilização do automóvel como principal meio de locomoção, a precariedade, os altos preços dos transportes coletivos e a falta de investimentos satisfatórios em infraestrutura de trânsito têm colocado a questão da mobilidade urbana como caminho para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Várias propostas têm surgido neste debate, que vão desde o incentivo à utilização de novos modais de transporte, como a bicicleta, até ações restritivas de utilização do automóvel, como a criação de pedágios urbanos e os rodízios de automóveis. Mas para além de uma discussão sobre os meios de transporte e as normatizações de seu uso, há no debate sobre a mobilidade urbana um pano de fundo que diz respeito ao direito à cidade, ao direito de se deslocar por ela e acessar os diversos serviços que ela oferece. Nesse sentido, o direito à cidade está ligado à possibilidade que os diversos grupos sociais têm de se deslocarem pelos centros urbanos. Os serviços públicos essenciais, como saúde e educação, bem como o lazer e a cultura, são direitos constitucionais. O acesso aos locais de trabalho aparece como uma necessidade fundamental dos trabalhadores. Pode-se perceber, assim, que a utilização desses serviços está ligada à possibilidade que essas pessoas têm de chegar aos locais em que são oferecidos. É necessário se deslocar à escola, ao centro de saúde, ao cinema, ao teatro, ao local de trabalho etc. O debate sobre a mobilidade urbana versa, dessa forma, sobre a garantia de condições necessárias à utilização dos serviços, como também sobre os obstáculos a essa utilização.

O pagamento da tarifa do transporte público, a necessidade de possuir um automóvel e a inexistência de condições aos modais alternativos, como as ciclovias, são obstáculos à

utilização dos serviços acima referidos. Os grandes congestionamentos também são situações que dificultam a garantia de acesso a esses direitos essenciais.

Há ainda outros problemas, como a localização das edificações que oferecem os serviços, geralmente se concentrando nas áreas centrais das cidades. A população das periferias é, dessa forma, mais uma vez prejudicada, já que normalmente são obrigadas a se deslocarem por grandes distâncias para terem seus direitos garantidos e poderem chegar a seus locais de trabalho.

Outro ponto que permeia o debate sobre a mobilidade urbana é o controle da emissão de poluentes por veículos automotores, demonstrando uma preocupação com o meio ambiente. O estímulo ao uso de veículos que não emitem gases, como as bicicletas, ou o incentivo ao uso do transporte coletivo – que em virtude da quantidade de pessoas que transporta, diminui a capacidade de poluição se comparado com os automóveis – são medidas apontadas como essenciais à formação de uma cidade sustentável.

Mas essas medidas esbarram muitas vezes nos interesses econômicos dos grupos sociais que controlam o desenvolvimento dos centros urbanos. As alterações urbanísticas esbarram nos planos que as grandes empreiteiras e construtoras estabelecem para seu crescimento. O aumento constante nas tarifas do transporte coletivo visa garantir o lucro das empresas de transporte. O estímulo ao uso do automóvel está em consonância com os interesses das grandes fabricantes de veículos.

Os textos apresentados falam sobre a questão da mobilidade. Tendo em conta as sugestões desses textos, além de outras informações que julgue relevantes, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha seu ponto de vista sobre o tema: **○ problema da mobilidade urbana na contemporaneidade.**

Tema inédito: Unesp

Texto I

Intolerância religiosa é um termo que descreve a atitude mental caracterizada pela falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar diferenças ou crenças religiosas de terceiros. Pode-se constituir uma intolerância ideológica ou política, sendo que, ambas têm sido comuns através da história. A maioria dos grupos religiosos já passou por tal situação numa época ou noutra. Floresce devido à ausência de tolerância religiosa, liberdade de religião e pluralismo religioso.

Perseguição, neste contexto, pode referir-se a prisões ilegais, espancamentos, torturas, execução injustificada, negação de benefícios e de direitos e liberdades civis. Pode também implicar em confisco de bens e destruição de propriedades, ou incitamento ao ódio, entre outras coisas.

Texto II

Com o crescimento da diversidade religiosa no Brasil é verificado um crescimento da intolerância religiosa, tendo sido criado até mesmo o *Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa* (21 de janeiro) por meio da Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, sancionada pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, o que foi um reconhecimento do próprio Estado da existência do problema.

A Constituição prevê a liberdade de religião e a Igreja e o Estado estão oficialmente separados, sendo o Brasil um Estado laico.^[4] A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de intolerância religiosa, sendo a prática religiosa geralmente livre no país. Segundo o "Relatório Internacional de Liberdade Religiosa de 2005", elaborado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, a "relação geralmente amigável entre religiões contribui para a liberdade religiosa" no Brasil.

Texto III

A intolerância religiosa representa, certamente, um dos problemas mais delicados em nosso planeta, onde o fanatismo religioso, tão entranhado em milhões de pessoas, conduz umas a realizarem, contra as outras, verdadeiras guerras, em nome, supostamente, de sua religião, como se fosse possível estabelecer, com isso, qual a religião "estaria com a razão".

A questão é tormentosa e envolve o ser humano em sua mais pura essência, na medida em que são colocadas em jogo sua consciência e crença.

Podemos citar a falta de bom senso e de respeito mínimo à diversidade como fatores que criam e fortalecem as situações de caos e violência vistas em todo canto do mundo, inclusive em nosso país, decorrentes de divergências que levam um ser humano, inconformado com a consciência e a crença esposadas por outro ser humano, a tentar impor-lhe a sua própria consciência e crença, o que se afigura absurdo desmotivado, inútil e ofensor à liberdade fundamental de cada pessoa.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, inciso VI, preceitua que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos veda, em seu artigo 2º, primeiro parágrafo, a discriminação por motivo de religião. Mais adiante, no art. 18, preceitua: "ARTIGO 18

1. Toda pessoa terá direito a liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto

pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.

2. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha.

3. A liberdade de manifestar a própria religião ou crença estará sujeita apenas a limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.

4. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos países e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral dos filhos que esteja de acordo com suas próprias convicções."

Todas as pessoas e suas respectivas religiões merecem proteção e respeito.

Mencionamos dispositivos de lei que se referem propriamente a cultos de matriz africana apenas a título de ilustração, para indicar a preocupação do legislador em resguardar as liberdades de cada indivíduo, inclusive com relação a diferenças humanas de consciência e de crença, e em combater a disseminação do ódio entre as pessoas, fundado em intolerância religiosa.

Convém anotar que a Lei nº 11.635/07 instituiu o dia 21 de janeiro como o "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa".

Com efeito, em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que asseguram a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais, etc.

A laicidade do Estado tem interface com diversos direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão, a liberdade de crença e de não crença, a igualdade de gênero e os direitos da população LGBT, população esta que sofre forte discriminação em virtude de dogmas religiosos.

Aperfeiçoar a tolerância às diferenças é indispensável no regime democrático. Quando se consegue fazer valer a laicidade do Estado, preservam-se direitos fundamentais.

Reconhecendo que a prática de ato de intolerância religiosa constitui violação ao Estado Democrático de Direito, que não se coaduna com a finalidade de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, esta Coordenadoria de Direitos Humanos buscará combater tais atos de intolerância e, também, contribuir para a laicidade do Estado, municiando, sempre que possível, os órgãos de execução do Ministério Público, para que adotem as providências cabíveis, a fim de preservar os direitos fundamentais das pessoas, independentemente de sua crença religiosa.

Fonte: <http://www.mprj.mp.br/areas-de-atuacao/direitos-humanos/areas-de-atuacao/combate-a-intolerancia-religiosa-e-defesa-do-estado-laico>

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA SOCIEDADE.**

Exercícios de argumentação baseados em raciocínios lógicos

Leia com atenção os parágrafos a seguir:

Parágrafo A:

Apenas 2,2% dos brasileiros que concluem cursos universitários no Brasil são negros e 13,5% mulatos, segundo dados do Provão 2000 do Ministério da Educação. Dos 191 mil estudantes avaliados em 2888 faculdades, 80% são brancos. Na cúpula dos três poderes, o quadro não é muito diferente: todos os 24 ministros do governo são brancos e, no Congresso, só 4,37% dos deputados e senadores são negros. Os negros e pardos são, porém, 45,3% da população. Considerados esses números, torna-se evidente a necessidade de cotas para estudantes negros em universidades públicas brasileiras.

Parágrafo B:

A Lei nº 7716, de 1989, diz que uma pessoa pode ser acusada de racismo quando, entre outras ações, recusar, negar ou impedir a inscrição ou a frequência numa escola, curso ou universidade (público ou privado) de indivíduos de determinada raça. Não há engano em considerar que esse impedimento ocorre, muitas vezes, de forma indireta e involuntária. Tendo em vista que o racismo constitui crime no Brasil, é imprescindível instituir um sistema de cotas para grupos raciais desfavorecidos em nosso Ensino Superior.

Parágrafo C:

Não há dúvida de que as cotas para estudantes negros e carentes são fundamentadas e coerentes. Para comprovar essa ideia, basta saber que, na visão de certos filósofos iluministas — especialmente Rousseau —, existe uma tendência histórica para a diferenciação social dos indivíduos. Dito de outro modo, isso significa que só se combate a desigualdade em favor de uns pela desigualdade em favor de outros.

- 1.** Os parágrafos acima exemplificam a utilização de raciocínios lógicos na argumentação. A partir dessa afirmação explique qual método foi utilizado em cada parágrafo e o porquê da sua resposta.
- 2.** Leia:

“A televisão não transmite regularmente cenas de violência, nos telejornais, nos filmes e até nos desenhos animados? Pois então: a nossa sociedade é muito violenta! Como fica demonstrado, a causa da violência é a televisão. Logo, deve-se simplesmente censurar as cenas de violência de todos os programas de televisão.”

Sofisma é um argumento ou raciocínio concebido com o objetivo de produzir a ilusão da verdade, que, embora simule um acordo com as regras da lógica, apresenta, na realidade, uma estrutura interna inconsistente, incorreta e deliberadamente enganosa.

A partir do trecho apresentado e do conceito de sofisma, responda se o trecho pode ser considerado um sofisma e como ele pode ser caracterizado.

- 3.** A Delegacia do Trabalho de Gotham City notificou a empresa X acerca dos altos níveis de ruídos gerados por suas operações fabris, causador de inúmeras queixas por parte de empregados da empresa. A gerência da empresa respondeu observando que as reclamações haviam sido feitas por funcionários novos, e que funcionários mais experientes não acham excessivo o nível de ruído na fábrica. Baseada nessa constatação, a gerência concluiu que o ruído na fábrica não era um problema real, não adotando nenhuma medida para sua redução.

Diante dos fatos apresentados, qual a informação que podemos perceber sobre a reclamação ter sido feita por funcionários novos e não por funcionários antigos? Explique com exemplos do texto.

- 4.** O percentual da renda familiar investido em diversão tem permanecido relativamente estável nos últimos 20 anos — cerca de 12%. Quando novas formas de entretenimento tornam-se populares, elas não expandem esse percentual, mas “roubam” consumidores que antes gastavam com outras formas de entretenimento. Assim, produtores de cinema vêm observando a explosão do vídeo doméstico com preocupação, sabendo que cada real gasto no aluguel de vídeos significa um real a menos gasto na bilheteria dos cinemas.

Apresente uma afirmação que poderia enfraquecer o argumento acima.

- 5.** O uso de derivados de petróleo na produção de plásticos deveria ser regulamentado e limitado por lei. O petróleo necessário ao nosso país para a produção de energia é mais

vital que nossa necessidade por plásticos. Nossa crescente dependência em fontes estrangeiras de petróleo poderia apresentar consequências severas se, por exemplo, uma guerra nos privasse destas importações. Através da redução da utilização de derivados de petróleo na produção de plásticos, poderíamos dar um grande passo na obtenção de nossa independência energética e, assim, aumentar nossa segurança nacional.

Apresente uma afirmação que poderia enfraquecer o argumento acima.

Análise de redações das bancas de SP

Tema: Fuvest 2012

Os textos aqui reproduzidos falam de política, seja para enfatizar sua necessidade, seja para indicar suas limitações e impasses no mundo atual. Reflita sobre esses textos e redija uma dissertação em prosa, na qual você discuta as ideias neles apresentadas, argumentando de modo a deixar claro o seu ponto de vista sobre o tema “Participação política: indispensável ou superada?”.

Redação exemplar: Fuvest

Equilíbrio dinâmico

Para criar uma civilização, a humanidade criou mecanismos auxiliares nesse processo, tais como tecnologia, religião e ciência. Dentro dessa última, a política é ferramenta social fundamental à ordem do coletivo. Assim, o fruto do pensar antrópico guia seu criador desde os remotos tempos nos quais o *Homo sapiens*, tal como conhece-se, surgiu.

A partir desse período, ele assume o caráter de criar, de legislar e de executar as leis. Nasce o ser “biopolítico”, isto é, o indivíduo entendedor natural da prática política, como Michel Foucault, filósofo francês contemporâneo, denominou. Porém, a área de abrangência do poder individual é restrita, o que leva ao litígio. Thomas Hobbes descreveu como sendo a guerra de todos contra todos, uma vez que o homem é o lobo do próprio homem.

Em face dessa limitação, faz-se necessária a vigilância daqueles praticantes ativos em todos tipos de regimes: monarquia, teocracia, autarquia, aristocracia, oclocracia, tirania ou democracia. O triunfo da participação política, ainda que não seja pleno, é visto na filha de Atenas, na democracia. Nela os cidadãos atuam direta ou representativamente, corroborando a essência humana e a política na chamada “menor mal” dentre os males das formas governamentais.

Todavia, não é apenas nessa que se vê a interferência social no campo político. Exemplos como os Provos, atuantes na Holanda na década de 60, e a Primavera Árabe atual ratificam a atemporalidade da ação. Além disso, é “sine qua non” ressaltar que fazer política não é só abalar conjunturas globais, mas também participar de uma associação de bairro, de passeatas, de marchas, de abaixo-assinados, de greves e de protestos aflora o ser “biopolítico” que há.

Portanto, a participação na política é indispensável porque é da natureza antrópica exercê-la. Isso se dá nas diversas escalas, indo do contexto local ao mundial. Durante a

História, vê-se exemplos que confirmam tal tese e que não contrariam que é humano, demasiado humano o desejo de intervenção nesse equilíbrio dinâmico que é a política.

Tema: Unicamp 2014

Você e um grupo de colegas ganharam um concurso que vai financiar a realização de uma oficina cultural na sua escola.

Após o desenvolvimento do projeto, você, como membro do grupo, ficou responsável por escrever um **relatório** sobre as atividades realizadas na oficina, **informando o que foi feito**. O relatório será avaliado por uma comissão composta por professores da escola. A aprovação do relatório permitirá que você e seu grupo voltem a concorrer ao prêmio no ano seguinte.

O relatório deverá contemplar a apresentação do projeto (público-alvo, objetivos e justificativa), o relato das atividades desenvolvidas e comentário(s) sobre os impactos das atividades na comunidade.

Redação exemplar: Unicamp

Relatório de atividades da Oficina de Música Clássica do Colégio Vestibulando

Introdução: durante todo o segundo trimestre do ano de 2013, os alunos do segundo ano, turma A, do Ensino Médio do Colégio Vestibulando, organizaram uma oficina cultural sobre música clássica. O projeto teve como público-alvo os alunos do Ensino Fundamental da escola, bem como pais, professores e funcionários. Os objetivos da oficina consistiam em incentivar o interesse e a apreciação pela música clássica através de palestras, recitais (ao vivo ou por mídia digital) e aulas práticas. Dessa forma, a Oficina de Música Clássica se justificava pelo intuito de combater a tradicional elitização desse estilo musical e desmistificar a noção de que a prática desses instrumentos é retrógrada ou tediosa.

Atividades realizadas: a oficina funcionou de Abril a Junho de 2013, todas as sextas e sábados, das 14 às 18 horas, no auditório do Colégio Vestibulando. As duas primeiras horas eram sempre reservadas a palestras abordando grandes compositores e o contexto histórico da criação dos instrumentos. Ao final da exposição teórica, os organizadores executavam um recital relacionado ao tema da aula. Durante a última hora, os participantes eram convidados a manusear e aprender técnicas básicas de violino, violoncelo, piano ou flauta transversal. Ao longo do trimestre, foram comentados os compositores Beethoven, Mozart, Chopin, Debussy, Rachmaninoff, Tchaikovsky e Paganini. A aula de encerramento durou uma hora a mais e tratou a respeito da harmonização e formação das orquestras sinfônicas e filarmônicas.

Impacto da oficina na comunidade: o principal objetivo do projeto foi derrubar o rótulo de música clássica como erudita e ultrapassada – e, de modo geral, a oficina obteve êxito nisso. Os alunos do Ensino Fundamental foram incentivados a fundar um clube de música na escola e conseguiram patrocínio dos pais para comprar instrumentos e contratar um instrutor. Diante de tamanho sucesso, os alunos do segundo ano, turma A, esperam poder recriar essa oficina em 2014; para isso, pretendem contar com o financiamento do próximo Prêmio Oficina Cultural.

Tema inédito: Unicamp**Texto I**

Governo cria regras para que saúde privada reduza cesarianas

O Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciaram nesta terça-feira (6), em Brasília, uma nova resolução que irá pressionar as operadoras a fiscalizarem mais hospitais e médicos para diminuir a quantidade de partos cesáreos feitos por planos de saúde no Brasil.

O governo busca estimular o parto normal e reduzir as cesarianas, quando possível, pois o índice de nascimentos por meio cirúrgico chega a 84,6% do total realizado via planos de saúde. O índice é extremamente alto se comparado ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS): 15%.

A medida será publicada nesta quarta-feira (7) no Diário Oficial e o prazo para as operadoras se adaptarem à resolução é de 180 dias.

Entre as novas regras, fica estabelecido que os planos de saúde devem informar às pacientes, em até 15 dias, a quantidade de cesarianas realizadas por médico, operadora e hospital, quando solicitados.

Segundo o governo, com essas informações em mãos, a mulher terá a oportunidade de analisar melhor e com calma o histórico do médico e do local em que o parto será realizado e pode ajudá-la a optar, inicialmente, pelo método normal. A multa para as operadoras que não prestarem as informações quando solicitadas pela gestante será de R\$ 25 mil.

Para o ministro, as iniciativas devem ajudar o Brasil a se adequar aos índices estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). "Não dá para a gente continuar considerando como normal o que não é normal, que é o parto cesáreo. O Brasil tem muito mais cesarianas do que o recomendado pela OMS, temos que reduzir isso." Ele considerou ainda como "ilegal" a cobrança feita por médicos de uma "taxa de disponibilidade" - não coberta pelo plano de saúde - para acompanhá-la no parto normal, quando esta opta pelo procedimento. Isso porque esse procedimento, em geral, é mais demorado que a cesariana, ocupando mais o tempo do médico.

Para o diretor-presidente André Longo, o "ideal é que a mulher entre em trabalho de parto e depois decida qual será o modo [de parto]" e quais as medidas para ajudá-la nesta decisão.

<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/01/governo-anuncia-regras-para-diminuir-o-numero-de-cesareas-feitas-no-pais.html>

Texto II

A formação do médico e o médico como formador de opinião

A crença de que cesárea é opção válida não apenas para casos de emergência é, não raramente, reforçada em faculdades. "Como são feitos cada vez menos partos normais, há menos chances de treinar os novos médicos, que não se sentem habilitados a fazer esse tipo de parto por não dominar todas as técnicas necessárias para isso. Junta a fome com a vontade de comer", avalia o ginecologista Renato Sá.

Outro fator (que faz o médico optar pela cesárea) é a judicialização da medicina. "O médico é responsável por qualquer coisa que acontece, então, quando chega numa situação de risco, ele opta pela cesárea porque se houver uma fatalidade ou complicação será questionado por que não fez isso. Isso gera um medo nos médicos em tentar o parto normal", explica Sá.

Com todo o quadro encontrado pelos ginecologistas - com má remuneração, equipe auxiliar falha, faculdades que preparam pouco e judicialização - muitos médicos acabaram se convencendo de que uma cesariana é a melhor opção para muitas mulheres.

"E no Brasil, a palavra do médico é sempre a que vale mais. Mais do que a da grávida em si, por exemplo. E assim médicos influenciam - e muito - a opinião pública, colaborando para a epidemia de cesárea", diz Zorzella.

A opinião é reforçada pelo estudo da Fiocruz, que apontou o peso da opinião médica e a falta de interesse desse profissional pelo parto normal como motivos da desinformação das mães e pais sobre o tema.

"É importante ressaltar que esse processo de tomada de decisão pelo tipo de parto se dá numa relação de poder que se estabelece no diálogo entre o médico e a mulher, e que muitas vezes inibe qualquer questionamento da decisão do profissional", afirmam os pesquisadores da Fiocruz. "A mudança do tipo de parto, em relação à preferência anterior, parece moldada pela conduta intervencionista do médico."

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140411_cesareas_principal_mdb_rb

Você faz parte de um **grupo de estudos** formados por estudantes universitários interessados em ingressar na especialização em obstetrícia. Seu grupo ficou responsável por apresentar um **resumo** sobre o tema da **proibição das cesarianas**, que deverá ser escrito em **registro formal**. As fontes para escrever o relatório são reportagens divulgadas nos textos 1 e 2. Seu texto deverá contemplar:

- a) a razão pela “proibição” dos partos de cesariana;
- b) a mudança do papel das mulheres na escolha do tipo de parto (antes e atualmente);
- c) a relação dos médicos com o número elevado de cesarianas.

Análise de redações das bancas de SP

Em busca de soluções para os inúmeros incidentes de violência ocorridos na escola em que estudam, um grupo de alunos, inspirados pela matéria “Conversar para resolver conflitos”, resolveu fazer uma primeira reunião para discutir o assunto. Você ficou responsável pela elaboração da **carta - convite** dessa reunião, a ser endereçada pelo **grupo à comunidade escolar** – alunos, professores, pais, gestores e funcionários. A carta deverá **convencer** os membros da comunidade escolar a **participarem da reunião, justificando** a importância desse espaço para a discussão de ações concretas de enfrentamento do problema da violência na escola. Utilize as **informações** da matéria abaixo para **construir seus argumentos** e mostrar **possibilidades de solução**. Lembre-se de que o **grupo** deverá assinar a carta e também informar o **dia**, o **horário** e o **local** da reunião.

Redação exemplar: UNICAMP

Campinas, 11 de Janeiro de 2015

Prezados pais, alunos, professores, gestores e funcionários da escola
Acreditamos que seja do conhecimento de todos vocês a ocorrência de um grande número de incidentes de violência em nossa escola. Após percebermos um aumento constante no número dessas ocorrências e pouca reflexão e elaboração de estratégias por parte da comunidade escolar para solucionar os problemas, nós, alunos de variadas séries, nos reunimos em um grupo e desejamos convidá-los a se reunir conosco para debatermos o assunto e pensarmos possíveis soluções.

A participação de todos vocês nessa reunião é de extrema importância para que consigamos contemplar a opinião dos mais variados grupos, ao mesmo tempo em que será possível dialogar sobre os acontecimentos. Procurando fontes para nos auxiliar na busca por soluções, encontramos a matéria “conversar para resolver conflitos”, no site “Gestão Escolar”, e estamos convencidos de que soluções pacíficas são possíveis de serem conseguidas por meio do diálogo, o que reduz, ou até mesmo extingue a violência que permeia as discussões e agressões.

A partir de nossas pesquisas, chegamos a conclusão de que é preciso, sobretudo, realizarmos um trabalho preventivo, com fomento de debates e elaboração de palestras. Acreditamos, ainda, na formação de pais, professores, alunos e funcionários como mediadores, para que sejam capazes de auxiliar nos conflitos e de se colocarem no lugar dos outros, o que educará a todos contra os malefícios da violência. Essas medidas contribuirão para melhoria das relações interpessoais e para o rendimento dos alunos, o

que traz inúmeros benefícios para a comunidade escolar. Aguardamos a todos no ginásio esportivo da escola, no dia 16 de Fevereiro, às 20:00 horas, para darmos continuidade à conversa. Obrigado.

Grupo de alunos da escola

Tema: Fuvest 2010

Na civilização em que se vive hoje, constroem-se imagens, as mais diversas, sobre os mais variados aspectos; constroem-se imagens, por exemplo, sobre pessoas, fatos, livros, instituições e situações. No cotidiano, é comum substituir-se o real imediato por essas imagens.

Dentre as possibilidades de construção de imagens enumeradas acima, em negrito, escolha apenas uma, como tema de seu texto, e redija uma dissertação em prosa, lançando mão de argumentos e informações que deem consistência a seu ponto de vista.

Redação exemplar: FUVEST

Sem limites

Não há limites para o imaginário humano. Mesmo em condições adversas, o homem é capaz de criar representações da realidade, seja com a intenção de mudar uma situação vigente, seja para sair da rotina monótona do cotidiano ou fugir de uma realidade hostil à vida. Essas imagens exercem um importante papel na alma humana, as quais vão muito além da conotação recreativa, elas fomentam a esperança e em alguns casos, podem determinar a sobrevivência de um indivíduo.

No filme “A vida é bela”, cujo contexto é o da Segunda Guerra Mundial, um homem, prisioneiro em um campo de concentração, tece uma gama de imagens positivas e divertidas para que seu filho, uma criança, pense estar em meio a uma brincadeira. Nesse caso, a fuga da realidade por meio da inventividade humana, significou o alheamento do indivíduo, mas isso lhe garantiu a sobrevivência, pois o garoto resiste até o fim para que possa receber sua recompensa.

Em “O náufrago”, o personagem interpretado por Tom Hanks, imagina uma bola falante, dotada de pensamento, a qual foi dado o nome de “Wilson”. Essa criação do náufrago evitou que a solidão o levasse à loucura e ao suicídio até ser resgatado. Ambos os exemplos dados são substituições da realidade por imagens visando o “eu”, assim como ocorre na sociedade atual, em que o individualismo cresce, a competição acirra-se e cria-se uma realidade hostil, a fuga torna-se uma questão de sobrevivência.

Luter King ao proferir a frase “I have a dream” referia-se à imagem criada por ele de um mundo melhor, em que o convívio entre brancos e negros fosse pacífico. A realidade, entretanto, era marcada por um verdadeiro apartheid, ataques de organizações como a Ku Klux Klan, numa espécie de “caça às bruxas”. Após King, muito da intolerância diminuiu. A imagem criada por um homem salvou o coletivo.

Dessa forma, nem somente para fugir da realidade servem as imagens. Elas exercem papel fundamental na transformação do mundo, o qual de hostil pode tornar-se melhor, como conseguido por King.

Tema inédito: UNESP

Sem programa específico para refugiados, Brasil põe centenas de sírios no Bolsa Família. O programador Ali*, de 34 anos, era um homem rico na Síria. Ganhava US\$ 4 mil (cerca de R\$15 mil) por mês, tinha carro e foi um dos melhores alunos da sua pós-graduação.

"Aqui no Brasil, sou pobre", conta ele, que se mudou há um ano e sete meses para o país sul-americano fugindo da guerra civil.

Sem renda, a solução foi recorrer a um programa criado originalmente para retirar brasileiros da miséria: o Bolsa Família.

Assim como ele, cerca de 400 imigrantes sírios que vieram para o Brasil estão no programa, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O número se refere a julho. A pasta não informou o valor específico recebido pelos sírios – o benefício médio do programa é de R\$ 167 mensais por família.

Após facilitar a entrada de refugiados sírios, o Brasil passou a ser o país que mais recebeu pessoas desse grupo na América Latina. Segundo dados do Ministério da Justiça, 2.097 refugiados sírios vivem no país atualmente – o maior grupo entre os 8.530 refugiados do Brasil, à frente dos angolanos, que são 1.480.

Mas, sem falar a língua e em meio à crise econômica, muitos deles – apesar de terem qualificação profissional – não conseguem emprego. O governo brasileiro, diferentemente de outros países, não tem um programa específico apenas para refugiados que ofereça diretamente ajuda financeira a eles.

**nome fictício*

Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151013_bolsa_familia_sirios_lab

Refugiados no Brasil, sírios têm dificuldade de encontrar empregos e moradia

Com um gentil “Sallaam Aleikum”, cumprimento árabe cujo significado é “que a paz esteja convosco”, Hanaa Nachawaty cumprimenta os clientes, em uma calçada do Leme,

na zona sul do Rio de Janeiro. Ela e a família vendem esfirras, quibes e pastas árabes em uma banquinha com duas bandeiras da Síria. Como a maior parte dos refugiados que chegaram ao Brasil, eles elogiam a acolhida no país, mas enfrentam dificuldades em conseguir emprego e moradia definitiva.

Há dois anos no Brasil, Hanaa e a família sobrevivem da venda de salgados, o principal meio de sustento da família de cinco pessoas, incluindo uma criança de 5 anos. Ela alega ter escolhido o país pelas facilidades de conseguir asilo. Desde 2011, o Brasil acolheu 2.077 refugiados sírios, o maior número na América Latina e bem à frente da Argentina, que recebeu 268.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e a organização não governamental Open Society Foundation, o Brasil está atrás apenas da Alemanha, que recebeu 45 mil pessoas nos últimos quatro anos. Diferentemente da Europa, destino preferencial da maioria, os asilados que chegam ao país não recebem uma casa ou auxílio financeiro até reorganizarem a vida. É tudo por conta do refugiado, que, muitas vezes, fica abandonado à própria sorte até conseguir ajuda.

Conseguir uma casa é exatamente o maior problema da família Nachawaty desde que chegou ao Brasil. Atualmente, eles vivem em um apartamento emprestado, que terão de devolver em breve. “O dono nos pediu de volta e não temos para onde ir”, disse um dos filhos de Hanna, Armin Nachawaty, 24 anos. A família prepara em casa os salgados que vendem nas ruas. Se perderem a casa, perdem o sustento.

Em São Paulo, onde estão 65% dos sírios que chegaram desde 2014, por causa da guerra, a Sociedade Beneficente Muçulmana (SBM) também reconhece que o acesso à moradia é uma dificuldade. Sem políticas habitacionais específicas e com condições de aluguel, que, muitas vezes, exigem fiador ou pagamento de altas quantias como garantia, a entidade, que oferecia cestas básicas, além de colchões e cobertores aos refugiados, passou a servir marmitas na instituição. Isso porque muitos não tinham sequer onde cozinhar.

“O grande objetivo deles é ir para a Europa, então, eles chegam aqui com as mesmas expectativas das pessoas que foram para lá”, explica a coordenadora do Programa de Atendimento a Refugiados da Cáritas no Rio de Janeiro, Aline Thuller, que trabalha no acolhimento aos estrangeiros. Porém, os trâmites em alguns países são lentos ou exigem que as famílias fiquem confinadas em campos de detenção, como na França. “[Lá] é comum que as pessoas cheguem ao extremo de cometer suicídio, por frustração, por se sentir improdutivo”, completa.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **REFUGIADOS NO BRASIL: RECEPTIVIDADE E A FALTA DE PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO.**